



DOCÊNCIA, INOVAÇÃO E GOVERNAMENTALIDADE: UM ESTUDO NA REVISTA *CARTA NA ESCOLA*

Roberto Rafael Dias da Silva – UNISINOS/UFFS
Agência financiadora: CAPES

Resumo: O presente artigo examina as relações entre docência e inovação para o Ensino Médio no Brasil contemporâneo, tomando como materialidade empírica a revista *Carta na Escola*. Optou-se em tratar com a mídia enquanto uma superfície analítica, espaço no qual visibiliza-se as condições sociais de um determinado tempo. Do ponto de vista teórico, o texto aproxima-se dos Estudos Foucaultianos, sobretudo aqueles articulados ao conceito de governamentalidade. Para a operacionalização desse conceito, procura-se posicionar a constituição da docência no Ensino Médio no Brasil a partir de tecnologias otimizadoras que se propõem a aumentar o desempenho e a produtividade da docência no Ensino Médio nas tramas do capitalismo contemporâneo, tornando-a politicamente útil e economicamente produtiva.

Ao comentar sua trajetória intelectual, Michel Foucault, em uma conferência no final da década de 1970, expôs que sua intenção filosófica era produzir uma “história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 231). Diferentemente de estabelecer uma teoria geral do poder ou mesmo de buscar elaborar fundamentos gerais ou universais para a produção dos saberes, Foucault apresenta outro lugar para sua produção, mais modesto, mas ao mesmo tempo muito mais produtivo do ponto de vista de sua trajetória intelectual. Ao reconhecer que a história e a teoria econômica possuíam bons instrumentos para pensar as relações de produção, da mesma forma que a linguística e a semiótica apresentavam condições metodológicas de tratar os processos de significação, o filósofo francês deparou-se com poucas ferramentas teóricas para pensar o sujeito em suas tramas constitutivas com o poder. Dessa forma, segundo sua argumentação, dedicou bastante tempo a examinar as relações de poder. Interessava “estender as dimensões de uma definição de poder se quiséssemos usá-la ao estudar a objetivação do sujeito” (FOUCAULT, 1995, p. 232).

Pensar as relações de poder sem a pretensão de constituir uma teoria geral implicou a produção de um itinerário analítico diferenciado. Tal atitude implicava, segundo o próprio filósofo, o estabelecimento de uma forma de pensamento crítico, como “uma verificação constante”, usando as suas palavras. Essa forma de crítica precisaria considerar duas questões. A primeira, que Foucault nomeia como “necessidades conceituais”, implicaria o conhecimento das condições que tornam possível o objeto analisado. Segundo o filósofo, “necessitamos de uma consciência histórica da situação presente” (FOUCAULT, 1995, p. 232). A segunda, articulada à primeira, estaria na descrição “do tipo de realidade com a qual estamos lidando” (FOUCAULT, 1995, p. 232). Assim, ao situar e ao descrever suas problemáticas investigativas nas condições históricas do presente, o pensamento foucaultiano faz-se útil para as investigações no campo da educação.

Essa radicalidade do pensamento de Foucault as condições do presente expõe a difícil questão da fidelidade ao seu pensamento. Veiga-Neto (2006) sugere que esse tensionamento entre seguir as próprias produções do filósofo e tomar como inspiradoras de nossas pesquisas as suas atitudes investigativas não se apresenta como uma contradição. Pelo contrário, é preferível tratá-lo “como uma tensão permanente e, enquanto tal, fonte energética para torcer e retorcer as contribuições foucaultianas para os nossos entendimentos sobre o presente” (VEIGA-NETO, 2006,

p. 83). Assim, uma inspiração foucaultiana para nossas pesquisas abriria a possibilidade “de fazermos aquilo que o próprio Foucault queria que fizéssemos dele e com ele: usá-lo como um instrumento [...]” (VEIGA-NETO, 2006, p. 83).

Inspirado nesse uso, não-utilitarista, do pensamento foucaultiano, neste artigo pretendo examinar as relações entre docência e inovação para o Ensino Médio no Brasil contemporâneo tomando como materialidade empírica a revista *Carta na Escola*. Optei em tratar a mídia, tal como desenvolverei mais adiante, enquanto uma superfície analítica, espaço no qual visibiliza-se as condições sociais de um determinado tempo. Em razão disso é que utilizei no título desse artigo a expressão “um estudo *na* revista *Carta na Escola*”. Organizei o texto em três seções. Na primeira seção apresento os pressupostos que orientaram a investigação, bem como descrevo a revista *Carta na Escola*, material considerado para a análise. A seguir, na segunda seção, apresento o tratamento analítico produzido sobre os materiais analisados, considerando a centralidade do conceito foucaultiano governamentalidade, enquanto uma ferramenta de trabalho. Por fim, na terceira seção, examino uma das tecnologias de governo emergentes da análise de *Carta na Escola*, a saber: a inovação enquanto uma atitude pedagógica permanente no Ensino Médio brasileiro.

1. A mídia como superfície investigativa

A superfície investigativa na qual realizei esta investigação foi a mídia impressa, mais especificamente, uma revista voltada para o público docente. Realizando um breve movimento genealógico importa destacar que as publicações impressas no Brasil desenvolveram-se desde a chegada da Corte Portuguesa ao País, no início do século XIX. A primeira revista foi publicada em Salvador, no ano de 1812, e chamava-se *As Variedades ou Ensaios de Literatura* (SCALZO, 2008, p. 27). Conforme evidenciam alguns relatos históricos dessas mídias, as revistas dividiam-se entre as de variedades e as de cultura (SCALZO, 2008; MIRA, 1997). Tanto uma modalidade quanto a outra exerceram importantes funções na construção da Nação brasileira, visto que tendiam a construir um artefato tipicamente nacional. Assim, em sua concepção, os autores argumentam que as revistas têm, diferentemente dos jornais e outras mídias impressas, duas prerrogativas, o que se mantêm até as publicações contemporâneas: a produção de educação e entretenimento (SCALZO, 2008, p. 13).

Talvez pela sua periodicidade, as revistas inserem-se em outras demandas culturais da sociedade do seu tempo. Ao mesmo tempo, poderíamos pensar que elas fazem mais que simplesmente informar. Elas “entretêm, trazem análise, reflexão, concentração e experiência de leitura” (SCALZO, 2008, p. 13). A revista privilegia uma relação mais próxima com os leitores, fazendo a opção por outra forma de jornalismo, o que permite uma ação mais efetiva sobre seus públicos. “Enquanto os jornais nascem com a marca explícita da política, do engajamento claramente definido, as revistas vieram para ajudar na complementação da educação, no aprofundamento de assuntos, na segmentação, no serviço utilitário que podem oferecer a seus leitores” (SCALZO, 2008, p. 14).

Segundo dados da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER), a partir do ano de 2005, os investimentos publicitários em revistas no Brasil aproximavam-se de 3,2 bilhões de reais, ficando atrás apenas da televisão e do jornal. Importa pensar no potencial de circulação desses materiais na sociedade brasileira, ainda que vivenciemos uma multiplicação dos espaços virtuais de informação. Conforme Mira (1997), o potencial das revistas caracteriza-se pelo caráter de diálogo cotidiano com os leitores, pela sua grande capacidade de segmentação, mas, sobretudo, pelo seu potencial articulado entre educação e entretenimento.

Cabe reiterar que investigar a partir da superfície dos materiais, considerando os estudos foucaultianos, implica tomar como ponto de partida as práticas sociais de um determinado tempo. Tomam-se as coisas ditas e escritas como espaços de enunciabilidade e de visibilidade (DELEUZE, 2006). Isso faz com que não privilegie um estudo exaustivo da gramática do artefato, nem mesmo dos fatos publicados em si mesmos. Ao olhar para as exterioridades do material, considero os diferentes textos e imagens como constituintes de uma trama histórica da qual eles não são os emissores privilegiados, mas integrantes do jogo político de determinadas condições. Assim, não

posiciono a mídia como produtora ou como fonte das verdades, mas como campo de visibilidades das pautas sociais de um determinado tempo.

Encontramos uma tendência nas práticas jornalísticas contemporâneas quanto a uma segmentação e multiplicação de seus públicos (MIRA, 1997). Uma dessas tendências tem se constituído na publicação de periódicos dirigidos para professores, seja pelas já clássicas publicações na área, como *Nova Escola* ou *Pátio Revista Pedagógica*, seja por uma inovação nessas práticas, que é o desdobramento de periódicos informativos em versões para professores. Nesse cenário, publicações informativas de grande circulação e repercussão nacional passam a dirigir publicações específicas para o uso docente. Emergem atualmente publicações como *Veja na sala de aula* e *Carta na Escola*, dentre outras.

Mais uma vez explorando os dados na ANER, desde 2007 a revista *Nova Escola*, mais tradicional revista brasileira voltada ao público docente, é a revista mensal de maior circulação, ultrapassando revistas que historicamente vinham ocupando essa posição, como as revistas *Cláudia* e *Seleções* do Reader's Digest. A partir do ano referido, somente essa revista representava 9,28% do mercado das revistas mensais brasileiras e tinha uma circulação de aproximadamente 450.000 exemplares anuais. Sugere-se que tal crescimento, ao mesmo tempo em que se consolida como uma tendência do mercado editorial brasileiro, se movimenta em consonância com o crescimento do número de docentes no mercado de trabalho do País e com o intenso financiamento de instituições e fundações públicas e privadas a esses materiais midiáticos.

O produto midiático voltado para professores do Ensino Médio que examinei foi a revista *Carta na Escola*. Tal periódico, produzido pela Editora Confiança, é derivado da revista *Carta Capital*, um representativo exemplar do segmento de revistas informativas brasileiras. A revista *Carta na Escola* começou a ser publicada em outubro de 2005. Conforme indica o editorial da edição 15, a pauta da revista é produzida por temáticas ligadas aos contextos e às necessidades da escola.

Desde outubro de 2005, quando fizemos o primeiro número de *Carta na Escola*, perseguimos um modelo de publicação que desse conta da tão necessária **tarefa de tornar as aulas mais interessantes e motivadoras**. Por trás do projeto havia uma percepção que seria, posteriormente, confirmada: **a escola brasileira, especialmente a pública, carece de maiores atrativos** para a maioria dos frequentadores, alunos ou professores.

Fonte: Edição nº. 15, abril 2007, p. 4 (grifos meus).

A preocupação de *Carta na Escola*, tal como aponta esse editorial, estaria em contribuir para tornar os espaços escolares mais atrativos a seus frequentadores. No que se refere às escolhas temáticas que justificariam a mobilização desse objetivo, o mesmo editorial indica que o critério está na atualidade das temáticas e nos seus modos de apresentação. Dessa forma, a revista *Carta na Escola* assume um lugar formativo e informativo, visto que toma um lugar de preparação docente para as temáticas da atualidade. Sua intencionalidade pedagógica é ocupar o espaço de uma agência formativa para os professores. Trazer temas da atualidade para “o debate e a reflexão em sala de aula” é a justificativa para as escolhas temáticas na maioria dos editoriais da revista. Com vistas à ideia de trabalhar com as atualidades em sala de aula, um conjunto de temas adquire maior recorrência ao longo das publicações: ciência, informática, tecnologia, história, geopolítica, meio ambiente, além de discussões sobre a escola contemporânea. O subtítulo “Um guia didático para o ensino médio” aparece nas primeiras dez edições da revista, o que também encaminha o espaço onde o material se mobiliza.

A revista tem uma circulação nacional, sendo preferencialmente distribuída em escolas ou por assinaturas, mas também é vendida em bancas de revistas. Quanto à organização editorial de *Carta na Escola*, a revista estrutura-se em três movimentos: primeiramente, é apresentada uma reportagem da revista informativa *CartaCapital* (chamada nos editoriais de “revista-mãe”); logo depois, é apresentado um artigo produzido por um especialista no assunto, com vistas a ampliar a discussão do tema; por fim, são apresentadas sugestões de novas leituras, novos olhares e modos de abordagem dos temas em sala de aula. A própria distribuição editorial do sumário encaminha

algumas possibilidades de uso didático da revista.

Vide Bula

Da sala do professor à sala de aula

Professor, saiba como *Carta na Escola* pode ajudar em seu trabalho docente

Observe abaixo uma típica página de *Carta na Escola*. Ela traz uma seleção de reportagens publicadas semanalmente em *CartaCapital*, seguida de uma ou mais atividades que podem ser desenvolvidas em aula, identificadas pela tarja vermelha superior. Assim, o leitor-docente, primeiro, informa-se sobre algum tema da atualidade pertinente à sua disciplina. Em seguida, lê a proposta

de trabalho em sala de aula, sempre elaborada por professores com larga experiência. A leitura em si, tanto da reportagem quanto da proposta, certamente já vale como uma forma de atualização. Mas o melhor, para seus alunos, é que de sua leitura surja uma aula que consiga relacionar o que eles aprendem na escola com o mundo em que vivem.

Caso alguma atividade, na sua avaliação, dependa da leitura anterior do artigo gerador da proposta didática, seus alunos terão acesso a ele pelo site www.cartanaescola.com.br. É só levá-los para a sala de informática e pedir que leiam o artigo como preparação para a atividade – esta de acesso exclusivo dos professores, por meio da revista impressa.

Disciplina
O destaque em vermelho identifica a disciplina escolar para a qual a proposta de atividade didática é dirigida.

Autor
Perfil do autor da atividade proposta. Nossos colaboradores são professores do ensino médio ou especialistas na questão abordada.

Contextualização
O texto introdutório discute e traz novas informações sobre o tema da reportagem original.

Competências e Habilidades
Um resumo do que o aluno desenvolverá com a atividade proposta, segundo os critérios do Enem.

Carta na Escola
O cabeçalho identifica o conteúdo editorial de *Carta na Escola*, preparado por especialistas e supervisionado pela equipe pedagógica.

Em Sala
Espaço dedicado à transposição didática do tema gerador. Pode conter uma ou mais atividades.

Saiba Mais
Livros, filmes, dicas de sites, exposições; nessa seção estão indicações que o professor pode usar para a sua própria formação ou para indicar como fonte de pesquisa aos alunos.

Em Casa
Atividades especialmente elaboradas por uma equipe de professores de cursinho para testar os conhecimentos da turma, inclusive com questões que caíram em vestibular.

www.cartanaescola.com.br CARTACAPITAL NA ESCOLA 61

Figura 1: Edição nº. 9, p. 63

Como forma de estabelecer um “uso produtivo da revista” pelo seu público, ou seja, os docentes do ensino médio, *Carta na Escola* publicou em todas as edições analisadas um manual de uso pedagógico da revista. Esse material, nomeado como “Vide Bula: da sala do professor à sala de aula”, possibilitaria que qualquer leitor, de qualquer área do conhecimento, pudesse fazer uso pedagógico da revista. A existência desse manual visibiliza um dos modos pelos quais os leitores-docentes, como a revista os nomeia, têm sua conduta conduzida por esse material. A escolha da temática a privilegiar, da disciplina a escolher para trabalhar um determinado texto ou mesmo das atividades a solicitar que os estudantes realizem em casa é sugerida pela revista.

2. Uma análise de governo: perspectivas metodológicas

Como apontei no início deste texto, foi inspirado na crítica política desenvolvida por Michel Foucault, enquanto campo de diagnóstico dos regimes de verificação do presente, que movimentei as possibilidades deste estudo. Com tais horizontes teóricos, considerei produtivo, do ponto de vista político, examinar os modos de constituição das diferentes tecnologias de governo

que operavam na constituição contemporânea da docência no Ensino Médio. Para tanto, neste momento, descrevo duas importantes questões para o desenvolvimento deste estudo: as balizas metodológicas e os modos de operar.

Para apresentar as balizas metodológicas e os modos de operar propostos para o estudo, penso ser importante retomar alguns motivos que fizeram com que as edições de *Carta na Escola* fossem tomadas como material investigativo. A opção por mídias impressas para professores deveu-se, inicialmente, ao fato de que elas dão visibilidade à temática proposta pela investigação e, ao mesmo tempo, têm grande circulação nas escolas da Educação Básica, sobretudo as de Ensino Médio. Um segundo motivo seria a opção metodológica em fazer uma crítica política do saber, o que mobiliza uma análise das economias de poder de um determinado tempo. Assim, o uso das mídias como superfície investigativa pode me permitir ler a “gramática política de nosso tempo” sem uma busca dos documentos oficiais e suas verdades, mas pelas “periferias”, pelas “exterioridades”. Talvez isso possibilite diagnosticar possíveis modos pelos quais a docência contemporânea é regulada em suas condutas e em seus modos de inserir-se profissionalmente nas condições do presente.

Para realizar esse diagnóstico do presente, inicialmente selecionei os materiais a serem analisados. Dentre um conjunto de publicações contemporâneas voltadas ao público docente, procurei uma que se aproximasse de minhas demandas e interesses investigativos. Feita a opção pela revista, no caso, a *Carta na Escola*, realizei alguns movimentos de busca, coleta ou aquisição das revistas. Logo percebi que a revista iniciara sua circulação em 2005, o que também regularia um recorte temporal da escolha das revistas. Optei, então, por trabalhar com 45 edições, distribuídas entre 2005 e 2010. Desse material, selecionei um conjunto empírico composto por capas, reportagens, anúncios publicitários, imagens, editoriais e sugestões didáticas. Tendo a vista a variedade de materiais e temáticas publicados na revista, para a seleção do material, operei com dois critérios: as temáticas que envolviam os saberes tecnocientíficos e as práticas escolares/docentes no Ensino Médio. Com esses critérios foi possível compor um material inicial de aproximadamente 300 páginas da revista.

Feita essa primeira seleção, comecei um movimento de sistematização desses materiais. Digitalizei as páginas da revista e organizei fragmentos textuais para comporem as primeiras análises. Quanto aos fragmentos textuais, trabalhei prioritariamente com os editoriais e as sugestões didáticas da revista. Primeiramente, produzi um mapeamento de algumas regularidades, tanto das páginas digitalizadas, quanto dos fragmentos coletados. Desses primeiros contatos com os materiais empíricos da pesquisa, juntamente com a intenção aqui evidenciada de produzir uma crítica política do saber, começou a emergir a primeira ferramenta teórica que auxiliou na constituição dos trabalhos. A ferramenta da governamentalidade, em algumas de suas nuances evidenciadas nas teorizações foucaultianas, é aquela que mobilizei nessas incursões analíticas. A emergência dessa ferramenta metodológica decorreu dos primeiros contatos com os materiais empíricos e por meio do primeiro mapeamento das recorrências. Notei que algumas reportagens, anúncios publicitários, editoriais ou mesmo capas tendiam a situar uma determinada condição docente. Desse modo, a partir de algumas leituras anteriores sobre a filosofia de Michel Foucault, pude visibilizar o conceito de governamentalidade em ação.

O uso da governamentalidade de que procurei lançar mão aproxima-se daquilo que Noguera (2009) aponta como “noção metodológica”. Conforme o autor, “uma noção metodológica é uma ferramenta para pensar, um instrumento para operar sobre um problema” (NOGUERA, 2009, p. 23). Dessa forma, a noção de governamentalidade é uma ferramenta desenvolvida por Foucault que serviu para “o desenvolvimento de sua atividade de investigação e ensino” (NOGUERA, 2009, p. 23). São os sentidos (e não as definições) atribuídos a esse conceito foucaultiano que privilegiei na composição metodológica.

Importa evidenciar que, após percorrer outras possibilidades analíticas, interroguei os materiais investigados acerca das tecnologias de governo que operavam na constituição da docência no Ensino Médio no Brasil. Vale destacar que, desde o final da década de 1970, aos poucos o pensamento foucaultiano foi se deslocando das concepções do poder e se aproximando do conceito

de governo. O conceito de governo fez-se mais operatório do ponto de vista da produção das análises, uma vez que partia da premissa do poder em ação. Tal como sugeriu Foucault, o governo toma como campo de intervenção a “condução das condutas” ou, ainda, o modo como somos conduzidos e nos conduzimos. Assim, a noção de governo implica uma pluralidade de objetos e de fins pretendidos. Em uma importante sistematização, Dean (1999) posiciona o governo como “realização efetuada no plural” (p. 11). Governar, então, implicaria conduzir a conduta dos diferentes indivíduos. A partir dessa abordagem, a noção de governo é ampliada, não permanecendo exclusivamente nas diferentes modalidades de autoridade exercidas sobre os outros, mas incluindo também a nós mesmos. Ao analisarmos tais formas de condução, tomamos como objeto “aquelas que tentam moldar, esculpir, mobilizar e lidar com escolhas, desejos, aspirações, necessidades, vontades e estilos de vida de indivíduos e grupos” (DEAN, 1999, p. 12). Entendo que empreender essas possibilidades de estudo permite estabelecer uma “analítica de governo”. Segundo os apontamentos de Veiga-Neto (2006), falar em *analítica* implica “examinar e analisar as práticas concretas, em sua ‘microscopicidade’, em sua especificidade” (VEIGA-NETO, 2006, p. 2).

Essa abordagem não posiciona as práticas de governo sob arranjos de modelos idealizados de poder, nem mesmo as posiciona como efeitos ou produtos de contradições ou hegemonias. Uma analítica de governo “examina as condições nas quais se formam, são mantidos e transformados os regimes de práticas” (DEAN, 1999, p. 21). Notamos, então, o caráter notadamente pragmático dessa modalidade de análise. Dean, de forma objetiva, afirma que tais regimes “implicam, no entanto, práticas de produção da verdade e do conhecimento, compreendem múltiplas formas de racionalidade prática, técnica e calculante, e são submetidos a programas de sua reforma” (DEAN, 1999, p. 18).

Entendo que esses regimes de práticas são constituídos por tecnologias de poder. A análise da articulação dessas tecnologias de poder em ação é que estou nomeando como tecnologia de governo. Na próxima seção deste artigo, além de operacionalizar os entendimentos desse conceito, apresento as análises dos materiais empíricos. Faço-o posicionando a constituição da docência no Ensino Médio no Brasil a partir de tecnologias otimizadoras que se propõem a aumentar o desempenho e a produtividade da docência no Ensino Médio nas tramas do capitalismo contemporâneo, tornando-a politicamente útil e economicamente produtiva. Atribuirei ênfase nesse artigo à tecnologia das inovações, considerada como uma atitude pedagógica permanente no Ensino Médio brasileiro.

3. Docência e Inovação no Ensino Médio brasileiro

Para iniciar a apresentação dessas análises gostaria de destacar alguns apontamentos. Ainda que tenha utilizado como superfície analítica a revista *Carta na Escola*, em nenhum momento retirei de minhas pautas investigativas a escola de Ensino Médio e seu currículo, nem mesmo me distanciei do lugar dos professores e suas salas de aula. O que propus na construção desta analítica foi a produção de outros percursos investigativos que me permitissem olhar para as tramas da Educação Básica afastado de alguns clássicos lugares teóricos ou posturas metodológicas. Ao estender o olhar para as tecnologias de governo que operam na constituição da docência no Ensino Médio, posicionei-me em um campo comprometido politicamente com as demandas das sociedades contemporâneas. Paraphraseando Rose (2001), diferentemente de pensar a docência como uma entidade com uma história, entendo-a como o espaço de articulação de uma multiplicidade de tecnologias de governo. Não busco pela interioridade da docência, mas privilegio um mapeamento de suas diferentes superfícies de contato reguladas pelas tecnologias de governo de nosso tempo.

Sob essas condições é que pretendo mostrar uma destas tecnologias de governo em ação. Entendo ainda que a conjunção produtiva de determinadas tecnologias de governo mobiliza novos saberes e novas práticas educativas na atualidade, delineando os modos de constituição da docência, assim como propondo-se a conduzir as condutas dos sujeitos envolvidos nessas práticas: mais diretamente os professores. Aponto aqui que uma tecnologia das inovações opera na constituição da docência do Ensino Médio, conduzindo-a a tomar a inovação como um investimento pedagógico.

Duas serão as estratégias aqui analisadas: o privilégio da atualidade e a determinação voluntariosa.

a) O privilégio da atualidade: inovações na sala de aula

Ao dirigir-se aos professores do Ensino Médio, a revista *Carta na Escola* opera com um objetivo imediato, qual seja, a produção de uma pauta curricular para a constituição de aulas supostamente mais inovadoras. Tratando-se do Ensino Médio, tal produção docente ocorreria devido a uma preocupação permanente em dialogar com temáticas da atualidade. A inovação permanente seria uma das primeiras caracterizações da docência neste novo tempo, no qual os saberes se modificam constantemente e a docência necessita produzir-se em um mundo em permanente mudança.

A premissa de educar para um mundo em transformação tem perpassado a produção da docência pelo menos nas últimas três décadas. Para pensar a produção de uma docência apropriada a este tempo, seria importante retomar a obra *Educação para uma civilização em mudança*, escrita na década de 1930 por um dos maiores pensadores educacionais dos Estados Unidos do último século. Nesse livro, William Kilpatrick propõe-se a pensar a educação para um mundo em permanente mudança, assumindo uma crença no desenvolvimento científico alicerçado nos valores do progresso e da democracia.

Em face desse mundo em transformação, o pensador assume a posição de que, para uma época em permanente mudança, a escola assume um espaço privilegiado. “Num ponto, pelo menos, há acordo. *Todos desejam lançar mão da educação*, dado que o ajustamento possível só poderá ser obtido através das novas gerações, ou melhor, por elas próprias” (KILPATRICK, 1978, p. 13, grifos do autor). A educação adquire centralidade, uma vez que, através dela, é possível desenvolver um “pensamento baseado na experimentação”, ou seja, faz-se possível mobilizar um tipo de racionalidade que “favoreça o desenvolvimento da ciência e de suas aplicações à atividade humana” (KILPATRICK, 1978, p. 16). O pensamento baseado na experimentação (de inspiração deweyana) proposto por Kilpatrick faz-se útil para uma gramática do pensamento educacional que atribui centralidade ao conceito de inovação.

Ao descrever sua intenção de atuação junto ao público dos docentes do Ensino Médio, já na segunda edição, *Carta na Escola* evidencia sua opção por compor pautas para as práticas docentes. A inovação pode ser lida como uma inspiração e um desafio à constituição do material.

CartaCapital na Escola, **a nova criação da editora**, se difere na periodicidade mensal, quer se **manter fiel à proposta do semanário que a inspira**, selecionando para os professores brasileiros **um variado cardápio de temas** que tenham relação com os conteúdos programados para o universo escolar. **Com um diferencial**: a cada matéria selecionada, **apresentamos uma proposta de atividade pedagógica**, elaborada por docentes especialistas e com experiência em sala de aula. Buscamos, dessa forma, **enriquecer as fontes de informação e reflexão dos professores**, apontando **caminhos didáticos** que os ajudam na **tarefa de fazer os estudantes perceberem a importância daquilo que lhes é ensinado**.

Fonte: Edição nº. 2, Dezembro/2005, p. 4 (grifos meus).

O objetivo da publicação está, então, em aproximar-se de um modelo de publicação que dê conta da tarefa de orientar os docentes “a tornar as aulas mais interessantes e motivadoras” (Edição 15, p. 4). Ao argumentar sobre esse objetivo, o editorial de número 15 enuncia uma condição fundamental, ou seja, o entendimento de que “a escola brasileira, especialmente a pública, carece de maiores atrativos para a maioria dos frequentadores, alunos ou professores” (Edição 15, p. 4). Mais uma vez, vemos enunciada a preocupação em torno da inovação permanente nas aulas do Ensino Médio, assim como fica visibilizado um alvo potencial: a escola pública brasileira, seja com seus docentes, seja com seus estudantes.

A concepção das aulas propostas por *Carta na Escola* trata de seu “cardápio de temas” a partir do olhar de docentes especialistas e com experiência em sala de aula. Suas aulas são marcadas pela experiência de especialistas, mas, ao mesmo tempo, privilegiam atividades com valores científicos, com uma marca tecnocientífica. As aulas pressupõem que os professores e os estudantes estejam cientificamente diante de problemas interessantes, desenvolvendo soluções inovadoras para

determinadas questões atuais.

A produção de tais condições está articulada com as novas dinâmicas do capitalismo contemporâneo. Sob uma dinâmica de condições na qual a inovação adquire centralidade nos processos produtivos, considerando a grade de inteligibilidade que escolhemos para a leitura do conjunto de materiais, faz-se possível apontar que a inovação é produzida por meio de um conjunto de investimentos. Para a obtenção constante de novos conhecimentos, tais investimentos são realizados sobre determinados campos, neste caso, os docentes do Ensino Médio. A busca por novos caminhos pedagógicos é uma das principais nuances da estratégia do privilégio da atualidade. Na edição de número 36, do mês de maio de 2009, ao apresentar as possibilidades de trabalho didático com as grafitagens presentes nos cotidianos urbanos, postula-se que, tal como a tinta fresca desses espaços diferenciados da produção artística de nosso tempo, a reflexão criativa se constitui como o grande desafio à construção da docência.

Mas tudo a favor de **estimular professores a buscarem novos caminhos pedagógicos**. Algo que a eles próprios **surja com o frescor das ideias arejadas** pela **reflexão criativa**. Algo, enfim, que tenha o brilho da tinta fresca e a permanência da palavra que sai do seu espaço convencional e **ganha outra dimensão**, como, por exemplo, os muros da cidade.

Fonte: Edição nº. 36, Maio/2009, p. 4 (grifos meus).

Essa reflexão criativa, mobilizada com a estratégia do privilégio da atualidade, encaminha uma dupla consideração: o papel formador da própria revista *Carta na Escola* e a potencialidade da produção de aulas inovadoras que a revista sugere. Muito mais que abordar um tema atual como sugestão aos docentes do Ensino Médio, essa estratégia encaminha a perspectiva de que o desafio está na inovação, ou em “sugerir novas leituras, novos olhares”, como apresenta o fragmento a seguir.

Mesmo os docentes que ainda não usaram as sugestões de atividades pedagógicas sugeridas se beneficiam do **papel formador-informador** que, acredito, nossa publicação tenha. Ao longo das edições, **diferentes temas relevantes da atualidade foram abordados**, todos nascidos de reportagens realizadas por nossos colegas jornalistas de CartaCapital. Às matérias originalmente publicadas na **revista-mãe**, entramos com a nossa parte, **convidando especialistas nesses temas a aprofundar a discussão, sugerir novas leituras, novos olhares e uma abordagem em sala de aula com seus alunos**.

Fonte: Edição nº. 17, Junho/2007, p.4 (grifos meus).

A tecnologia das inovações que aqui pretendi descrever não fica circunscrita à escolha das temáticas a serem privilegiadas pelos professores do Ensino Médio, como foi apontado na primeira estratégia. Essa tecnologia privilegia também atenção às atitudes dos docentes frente ao mundo e ao desenvolvimento científico-tecnológico. Assim é a noção de inventividade mobilizada na escolha das temáticas, das metodologias e do modo de concepção do trabalho docente. Desse modo, a próxima estratégia que descreveremos está na constituição de uma docência marcada pela criatividade, pela resolução de problemas enquanto horizonte pedagógico e, sobretudo, pela presença permanente da “determinação voluntariosa”.

b) Sobre a determinação voluntariosa: a invenção dos leitores-docentes

Acompanhando o desenvolvimento de uma revista durante quatro anos, o aparecimento de um cabeçalho em tom amarelado indica que não se trata de uma seção comum. A página toda branca, com o texto dividido em duas colunas, tem ao centro a figura de uma pessoa. Aquela página iniciava de uma forma diferente. Conforme as palavras indicadas na faixa amarela do cabeçalho, tratava-se de uma seção sobre micro e pequenas empresas. Podia-se notar também que seria uma entrevista. Entretanto, o destaque maior na página estava na manchete da entrevista, com letras grandes, possivelmente em uma fonte tamanho 20, onde era possível ler “Empreendedorismo no sangue”. Em uma primeira leitura, a ideia de empreendedorismo até não causava tanta inquietação, mesmo que se tratasse de uma revista supostamente com uma conotação crítica; porém, e a ideia de

“sangue”?

O texto explicativo da manchete apresentava que o entrevistado seria um professor da Fundação Getúlio Vargas e argumentava que “os brasileiros se saem bem no papel de candidatos a Bill Gates. E pede maior coordenação das políticas de inovação”. A entrevista procura, então, definir rapidamente o conceito de empreendedorismo de forma relativa ao contexto brasileiro. No entanto, dois aspectos ganham centralidade naquela página branca com letras pequenas: a definição de um perfil do empreendedor e suas aproximações com a população brasileira.

Acerca do perfil do empreendedor, o texto da entrevista é elucidativo.

Existem várias definições. Para o Sebrae, **trata-se do indivíduo que tem um negócio próprio**, incluindo até o vendedor de coxinhas no semáforo. Do ponto de vista de Schumpeter, o primeiro teórico do empreendedorismo, trata-se de **alguém capaz de mudar a ordem das coisas**, a chamada “destruição criativa”, como ele chama, que altera a ordem vigente. Um exemplo disso é o Bill Gates. Ou seja, apenas um número muito pequeno de pessoas poderia entrar nessa categoria. **E existe o meio-termo** entre essas duas vertentes, que considera algumas características particulares do empreendedor, como a sua **capacidade de inovar e de identificar uma oportunidade de negócio**. Então ele independe do ramo de negócio. Trata-se, segundo autores que seguem essa linha, principalmente de um **comportamento do empresário**.

Fonte: Edição n.º 41, Novembro/2009, p. 50 (grifos meus).

Mas e o sangue, como perguntávamos acima? O entrevistado explica que a condição de empreendedor está na natureza do povo brasileiro, pois, mesmo que “empreendedorismo” seja uma palavra nova na língua portuguesa, o conceito é “algo inerente à cultura do brasileiro, a ideia de ser o próprio patrão” (Edição 41, p. 50). A conjunção entre inovação pedagógica e empreendedorismo, a revista nomeia como “determinação voluntariosa”, expressão com que nomeio essa estratégia. Retomando o modo como compusemos esta analítica, ressalto que articulei as duas estratégias (atualidade e determinação voluntariosa) a uma tecnologia de governo que busca fabricar uma perspectiva inovadora para a docência no Ensino Médio na atualidade – uma forma de condução em que todos devem estar alinhados: docentes e estudantes empreendedores (SILVA, 2010).

As relações entre empreendedorismo e educação estão conectadas com a emergência da teoria do capital humano como grade de inteligibilidade para a compreensão da vida social contemporânea. Seguindo a abordagem de Gadelha (2009), é possível apontar que, nas tramas do capitalismo contemporâneo, se institui atualmente “uma espécie de cultura do empreendedorismo” (GADELHA, 2009, p. 179), cultura essa que se dissemina por toda a sociedade. Inspirado na analítica foucaultiana, o pesquisador discute inicialmente os modos como os indivíduos são produzidos a partir das práticas de governamentalidade neoliberal. Ao argumentar que o indivíduo é fabricado, dentre outros aspectos, por uma “normatividade econômico-empresarial”, Gadelha nomeia essa configuração como “indivíduo-microempresa” (GADELHA, 2009, p. 180).

Essa configuração de indivíduo, descrita em profundidade por Foucault no curso “Nascimento da Biopolítica”, assume o lugar de um “empresário de si mesmo”. Dessa forma, o que conta não são os recursos agenciados, mas as atitudes de investimento permanente, uma vez que, como nos lembra Gadelha (2009), os indivíduos-microempresas “são pró-ativos, inovadores, inventivos, flexíveis, com senso de oportunidade, com notável capacidade de provocar mudanças, etc.” (p. 181). É uma dessas atitudes que *Carta na Escola* nomeia como “determinação voluntariosa”.

Destaco que a expressão “determinação voluntariosa” é utilizada na revista pela primeira vez no editorial de março de 2006, edição 4, ao discutir a iniciativa de um cientista brasileiro, chefe do departamento de Neurociências de uma universidade estadunidense, que planeja a construção de um Instituto de Neurociências no Rio Grande do Norte, lutando, enfim, contra a centralização acadêmica brasileira. A atitude do cientista é comparada à da conhecida personagem Dom Quixote.

Passados mais de 400 anos, **a personagem de Cervantes continua viva**, reencarnada em tantos quantos acreditem, não sem alguma ingenuidade, **na capacidade humana de enfrentar os moinhos de vento**. A **DETERMINAÇÃO VOLUNTARIOSIA** e a **GENEROSIDADE** impulsiva de Dom Quixote lapidaram, ao longo de quatro séculos, o

adjetivo quixotesco.

Fonte: Edição n.º 4, Março/2006, p. 4 (grifos meus).

A revista *Carta na Escola* pretende constituir-se como um instrumento para aqueles professores que ela mesma adjectiva como “quixotescos”. Aqueles que, para além da generosidade, expressam a qualidade da determinação. Em outro momento, essa característica é vinculada à vontade de aprender permanentemente ou de outra forma; refere-se a uma sede implacável de saber. O fragmento abaixo estabelece um campo de visibilidades para essa abordagem.

Como já apontava Freire, **vivemos em um mundo que se reinventa a todo o instante**. Para compreendê-lo, melhor ir além dos livros didáticos, que por sua própria natureza não têm compromisso tão estreito com o contemporâneo. **CartaCapital na Escola pretende aliar sabor ao saber** para, desta forma, **analisar e debater as contradições, novidades e perplexidades do mundo em que vivemos**.

Fonte: Edição n.º 2, Dezembro/2005, p. 4 (grifos meus).

Atitudes de determinação, aprendizagem permanente ou sede de saber estão situadas junto a essa estratégia da determinação voluntariosa, que mobiliza a constituição de uma docência marcada por essas características. Ao situar essa grade de governamentalidade junto ao neoliberalismo americano, essa estratégia busca ao mesmo tempo multiplicar as singularidades de cada professor, busca situar aquilo que ele possa ter de mais individual, como o pensamento ou a impressão digital. Importa ainda evidenciar que meu interesse esteve em problematizar a inovação pedagógica, como uma tecnologia de governo que regula a conduta dos professores do Ensino Médio. Obviamente não assumo uma postura de contrariedade a tal perspectiva, visto que sua condição contemporânea encaminha-se para uma tendência pedagogicamente correta. Apenas, assumo o perigoso itinerário de interrogar pelas produtividades de um consenso educacional de nosso tempo.

Retomando o modo como conduzi esta analítica, importa ressaltar que articulei duas estratégias (atualidade e determinação voluntariosa) a uma tecnologia de governo que busca fabricar uma perspectiva inovadora para a docência no Ensino Médio na atualidade. A produção de uma docência apropriada ao Ensino Médio no Brasil contemporâneo, tal como descrevi até aqui, toma a inovação como uma atitude pedagógica permanente. Exercer a docência, desde essa grade, implica em uma atualização contínua, produto de investimentos, tanto na ordem do avanço tecnocientífico dos conhecimentos, quanto na constituição de sujeitos marcados por estas condições. Retomando expressões privilegiadas na composição editorial da revista, interessa a esse jogo de condições, uma docência inteligente. Uma docência única. Um docência empreendedora. Em uma palavra: inovadora.

Referências:

DEAN, Mitchell. *Governmentality: power and rule in modern society*. London: Sage, 1999, p. 9-27 (Tradução Ricardo Uebel).

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault*. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GADELHA, Sylvio. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. *Educação e Realidade*, v. 34, n.2, p. 171-186, 2009.

KILPATRICK, William Heard. *Educação para uma civilização em mudança*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: o caso da Editora Abril*. Campinas: Unicamp, 1997. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual de Campinas, 1997.

NOGUERA, Carlos. La gubernamentalidad en los cursos del profesor Foucault. *Educação e Realidade*, v. 34, n. 2, p. 21-34, 2009.

ROSE, Nikolas. Como se deve fazer a história do eu?. *Educação e Realidade*, n. 26, v.1, janeiro/julho, 2001, p. 33-57.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de Revista*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SILVA, Roberto Dias da. Universitários flexíveis: a gestão dos talentos no capitalismo contemporâneo. *Educação UFSM*, v. 35, nº. 2, 2010, p. 259-272.

VEIGA-NETO, Alfredo. Na oficina de Foucault. In: KOHAN, Walter Omar; GONDRA, José (org.). *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 79-91.